

A consolidação do PTB na conjuntura político-partidária nacional (1959-1964)

César Daniel de Assis Rolim¹

RESUMO

A redemocratização política brasileira, com o final do Estado Novo, durante a segunda metade da década de 1940, consolida uma conjuntura pluripartidária. A configuração partidária apontava o predomínio de três grandes partidos nacionais, quais sejam, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), constituindo uma estrutura triangular partidária hegemônica. O PTB, constituindo-se como um dos vértices dessa estrutura triangular partidária, consolida-se a partir do viés redistributivo-reformista, permanente em suas propostas políticas, no que tange às políticas econômicas. Essas proposições de combate às desigualdades sociais, o destacaram em relação aos demais partidos políticos da época. Estabelece-se como problemática para o presente artigo a análise da consolidação partidária do PTB na conjuntura político-partidária nacional do final da década de 1950 até o golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Partidos políticos. PTB. Nacional-reformismo.

ABSTRACT

The democratization Brazilian politics, with the end of the “Estado Novo”, during the second half of the decade of 1940, consolidates a partisan conjuncture. The partisan configuration pointed the predominance of three great left national ones, which is, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD) and União Democrática Nacional (UDN), constituting a hegemonic partisan triangular structure. The PTB, consisting as one of the vertices of this partisan triangular structure, consolidates from the bias redistributivo-reformist, permanent in its proposals politics, in what it refers to the economic policies. These proposals of combat to the social inequalities, had detached it in relation to excessively the political parties of the time. The analysis of the partisan consolidation of the PTB in the conjuncture is established as problematic for the present article national politician-partisan of the end of the decade of 1950 until the blow 1964 civilian-military man.

Keywords: Political parties. PTB. National-reforming policy.

Introdução

No início de 1945 inicia-se no Brasil o gradativo desmantelamento do Estado Novo². Para Bodea (1992), o processo que inicia na segunda metade dos anos 1940 reflete uma combinação de fatores internos e externos que acelera a democratização. Os fatores externos são derivados da nova conjuntura internacional aberta com a proximidade da derrota do nazi-fascismo, que tornam cada vez mais inviável a sobrevivência de um regime ditatorial no Brasil. Internamente, a partir de 1942, ocorre um reagrupamento das oposições ao regime, representando um leque que vai desde setores das oligarquias regionais prejudicados pela administração de Getúlio Vargas, passando por uma oposição burguesa liberal até setores da esquerda democrática e o próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se reagrupava na clandestinidade.

¹ Autor. Graduado em Licenciatura em História, pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA), Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da UFRGS

² Regime autoritário, que durou de 1937 até 1945, instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do Executivo Federal.

A redemocratização política brasileira, com o final do Estado Novo, durante a segunda metade da década de 1940, consolida uma conjuntura pluripartidária. A Lei Agamenon³, de 28 de maio de 1945, obrigava qualquer agremiação partidária, ter um caráter ou alcance nacional. Para Delgado (2003), essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais. O novo decreto-lei, estabelecia que para registrarem-se e habilitarem-se eleitoralmente, os partidos deveriam cumprir as seguintes condições: registro de cinco ou mais Estados da federação (atuação em âmbito nacional); referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores; personalidade jurídica de acordo com o Código Civil.

Na conjuntura delimitada prevalecia o regime democrático liberal com os governantes sendo escolhidos pelo voto da maioria dos eleitores brasileiros. Os partidos políticos, assim, constituíam-se como agremiações que pressupunham-se representantes de setores da sociedade brasileira. Nesse sentido, o conceito de partido político utilizado no presente trabalho é o de Gramsci. O partido político, segundo Gramsci (1976), traduz uma nova visão de mundo a partir da experiência histórica de determinado grupo social; organiza uma estrutura dos que compartilham desta visão, selando uma unidade entre teoria e prática, que o transforma em poderosa força social e política, procurando construir um consenso no âmbito da sociedade civil e projeta-se para dentro da sociedade política, articulando esta força no sentido da conquista da direção do aparelho do Estado, ao nível do qual o consenso poderá encorajar-se também da coerção.

A configuração partidária apontava o predomínio de três grandes partidos nacionais, quais sejam, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Delgado (2003) afirma que esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Contudo, durante os primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte.

Sobre a conjuntura político-partidária, Soares (1981) destaca os principais fatores que permitiram o crescimento eleitoral de um partido no período posterior à 1945. Partindo do pressuposto de que a infra-estrutura socioeconômica determina, em última instância, o limite teórico do apoio eleitoral que um partido pode ter, o crescimento eleitoral de um partido dependerá de

³ A Lei Agamenon foi elaborada por Agamenon Magalhães, ex-interventor em Pernambuco, que assumiu o Ministério da Justiça no dia 3 de março de 1945, sob determinação presidencial de regulamentar as condições de transição do regime político.

modificações favoráveis na infra-estrutura, da extensão do sufrágio e da cidadania política plena a classes favoráveis, da utilização real do sufrágio, da ampliação de sua estrutura organizacional e do melhor funcionamento desta estrutura. Nesse sentido, ocorreu, a partir de 1945, um declínio eleitoral dos partidos conservadores tradicionais e uma considerável ascensão do PTB, pois este beneficiou-se da transferência de votos do PCB - posto na ilegalidade -, de uma organização partidária em nível municipal e da extensão real do sufrágio a classes sociais cujos interesses pretendia representar, assim como da crescente mobilização político-eleitoral destas classes. Lima Júnior (1981), contudo, afirma a existência de um crescimento menor e menos rápido dos partidos conservadores em relação aos populistas/progressistas, sem ocorrer propriamente um declínio daqueles. O crescimento do contingente eleitoral, através da incorporação de setores médios e inferiores, permitiu que ocorresse um apelo dos partidos populares a esses setores, ocasionando o crescimento desses partidos.

Santos (1981) afirma a existência de coalizões entre partidos em nível parlamentar no período delimitado. A primeira (PSD/PR⁴/PDC⁵) segue-se a já conhecida coalizão de esquerda, formada pelo PTB/PSB⁶ e finalmente, a coalizão da ala direita constituída pela UDN/PRP⁷/PL.

Segundo Soares (1981), a manutenção da distribuição do poder eleitoral de 1945 seria, para os partidos conservadores, uma solução ótima. Isto porque estava assegurado o controle político do país através dos órgãos de representação. A aprovação de uma reforma agrária séria ou a extensão dos benefícios da legislação trabalhista ao trabalhador rural seriam impossíveis no Congresso ou no Senado, nos quais estes partidos contavam com maioria absoluta. Em caso de mudança, quase todas as perspectivas dos grandes partidos conservadores eram negativas: os partidos reformistas e trabalhistas ampliariam suas redes organizacionais, penetrando em Estados e municípios antes dominados pelos partidos conservadores, competindo pelos votos, conscientizando os operários e camponeses; a própria estrutura social sofria profundas modificações, com a urbanização, a industrialização e o conseqüente crescimento numérico das classes sociais que forneciam o substrato eleitoral dos partidos de esquerda; os camponeses, cujo voto devidamente manipulado e falsificado fornecia parte relevante dos sufrágios dados aos partidos conservadores, também poderiam ser conscientizados e conduzidos a resistirem à tutela política imposta pelas oligarquias locais. O declínio era, pois, previsível. O que não era previsível era a sua velocidade, sobretudo a inicial.

No entender de Lima Júnior (1981), existia uma interação simultânea de processos sócio-políticos que se davam em níveis diferentes, cada um de deles possuindo o seu ritmo próprio.

⁴ Partido Republicano.

⁵ Partido Democrata Cristão.

⁶ Partido Socialista Brasileiro.

⁷ Partido de Representação Popular.

Analiticamente, é possível identificar três níveis diferentes: por um lado, existia uma dinâmica própria e característica de um processo mais geral de mudança social – em que pese fatores tais como a industrialização, a urbanização, o aumento geral do nível educacional da população, certamente alguns dos aspectos mais óbvios – que altera profundamente a composição da população em condições legais para o exercício do direito do voto. Essa situação por si própria, ainda que levasse ao aumento e intensificação das demandas sociais, e da demanda por participação política em específico, careceria, pelo menos no curto prazo, de relevância político-eleitoral se paralelamente não ocorresse um processo de incorporação dos novos contingentes, e aqui trata-se evidentemente dos setores médios e baixos da sociedade, ao processo partidário-eleitoral.

Em segundo lugar, delineia-se outro nível analítico referente ao acionamento da estrutura partidária que busca penetrar e reter os novos contingentes eleitorais e, simultaneamente, a máquina partidária, independentemente do grau de desenvolvimento e agilidade política que a caracterize no momento inicial da implantação dos partidos, trata de expandir-se buscando estabelecer-se em todo o território nacional. Um terceiro aspecto, eminentemente político-institucional, incorpora condicionamentos de natureza institucional-legal que atuam como mecanismos mediadores entre, por um lado, o processo social mais geral que conduz ao surgimento de novos contingentes eleitorais e, por outro, o processo político-organizacional dos partidos. (LIMA JÚNIOR., 1981)

Na conjuntura político-partidária sul-riograndense a reorganização partidária da segunda metade da década de 1940 teve uma característica especial. Segundo Trindade e Noll (1991), a redemocratização do pós-45 estabelece, em termos nacionais, uma reestruturação das forças políticas com a transição do autoritarismo estadonovista à experiência de democracia populista, sob a égide de um sistema multipartidário. O Rio Grande do Sul oferece um quadro político eleitoral atípico. Os partidos políticos se organizam mais em função de clivagens ligadas ao padrão político-eleitoral anterior do que definidas pelas lideranças emergentes no pós-45.

No entender de Love (1975), entre 1945-1964 a política interna do Rio Grande do Sul tendeu a girar na órbita populista PTB (criação do próprio Vargas) e de uma coalizão anti-PTB. As forças populistas e conservadoras de certa forma se equilibraram. O poder do PTB concentrava-se em Porto Alegre, em umas poucas áreas urbanas restantes e em alguns municípios da fronteira, onde os estancieiros ainda determinavam em quem seus dependentes deveriam votar. A oposição conservadora encontrava-se, na maior parte, no resto das comunidades estancieiras e na zona colonial, a norte e a oeste da capital do Estado.

Essa clivagem seria originária, no entender de Cánepa (2005), do conflito entre republicanos e federalistas (depois libertadores), da época da República Velha. Esse conflito exerceu influência

na formação política sul-riograndense durante a implantação do sistema partidário posterior à 1945, merecendo o destaque de dois aspectos: primeiro, seria o fato de que as disputas entre as diferentes facções da oligarquia regional na República Velha adquiriram no Rio Grande do Sul o padrão claro de uma disputa partidária entre pólos (governo e oposição) e não a luta entre determinadas “famílias”, próprias do mandonismo local⁸; em segundo lugar, o autoritarismo dos governos Republicanos (Castilhos e Borges), que haviam substituído no Estado a hegemonia absoluta da aristocracia rural tradicional (da pecuária e do charque) reinante no Império, permitiu que se consolidasse no Rio Grande do Sul um pensamento liberal, seja em sua versão parlamentarista de Silveira Martins, seja em sua versão presidencialista (Assis Brasil), liberalismo este que se torna partido em 1928 com a formação do Partido Libertador (PL), refundado em 1945 por Raul Pilla.

Assim, verifica-se uma nítida polarização regional, entre petebistas e anti-petebistas, num contexto nacional de multipartidarismo. Essa dicotomia, para Trindade e Noll (1991), é refletida na eleição de 1958, onde a candidatura de Brizola ao Governo do Estado conseguiu, tendo por objetivo enfrentar a aliança anti-PTB, agregar o PRP para suas hostes. Essa aliança (PTB/PRP), espúria em termos ideológicos, impediu que o PRP fosse atraído pelo anti-PTB (aliás, como o será mais tarde) e permitiu a penetração do PTB nas regiões de colonização italiana e alemã. Brizola consegue ultrapassar a maioria absoluta (55,2%) numa disputa limitada a dois candidatos, sendo que seu adversário, Paracchi Barcelos, dispondo do apoio da Frente Democrática (PDS, PL, UDN e PSB), obterá ainda o elevado percentual de 41,2% dos votos.

A consolidação do PTB

O PTB constituiu-se como um dos vértices da estrutura triangular partidária, juntamente com o PSD e UDN, que se tornou hegemônica no conjunto dos partidos fundados em 1945. “Na época de seu registro alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho. Seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a máquina do Ministério do Trabalho.” (DELGADO, 2003, p. 140)

Entre os partidos do pós-1945 o PTB foi considerado a agremiação partidária mais ardentemente getulista, apresentando, todavia, inserção regional fragmentada. Era muito forte em alguns Estados da federação – como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Amazonas – e fraco em

⁸ Sobre mandonismo local ou coronelismo, Leal (1976, p.251) identifica a existência desse fenômeno a partir do isolamento, ausência ou rarefação do poder público, significando uma forma de incursão do poder privado no domínio político. Além disso, expressa uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido.

outros, como, por exemplo, São Paulo, que reunia o maior contingente de operários de todo o Brasil. Quando de sua fundação, buscou atender dois objetivos principais: defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir como anteparo ao potencial crescimento do Partido Comunista Brasileiro junto à classe operária. (DELGADO, 1989)

No entender de Soares (1981), o PTB não dispunha de uma base organizacional partidária, tendo inicialmente servido somente com um instrumento de mobilização do voto operário, em benefício de Getúlio Vargas e seus seguidores. Contudo, o aparelho sindical, montado por Vargas, oferecia uma base organizacional urbano-industrial que, efetivamente, foi utilizada com bastante êxito pelo PTB.

A clareza em seu programa, quanto a metas e projetos, foi uma característica marcante dessa agremiação partidária. O viés permanente em suas propostas políticas, era o de cunho social com uma característica redistributivo-reformista no que tange às políticas econômicas. Essas proposições de combate às desigualdades sociais, o destacaram em relação aos demais partidos políticos da época.

Chacon (1998) mostra o programa completo do PTB. Deste programa destacam-se algumas propostas, tais como: defesa do regime democrático e do voto universal; amparo da legislação social aos trabalhadores rurais; direito ao trabalho, a salário razoável e à jornada de oito horas; maior autonomia para entidades sindicais; educação primária obrigatória e gratuita; melhor distribuição da riqueza; participação equitativa dos trabalhadores nos lucros das empresas; extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se direito da posse da terra a todos os que queiram trabalhá-la.

No início de sua consolidação, o PTB encontrou dificuldades para cumprir as condições exigidas pela lei eleitoral. O crescimento do PTB deveu-se a inúmeros fatores. Destaca-se sua definição partidária e programática. Para Delgado (2003), não seria ousado afirmar que o perfil programático da legenda trabalhista, caracterizado pela definição das questões sociais com sendo prioritárias para a orientação de sua prática política, em muito contribuiu para que a agremiação alcançasse crescente credibilidade, principalmente junto à população trabalhadora brasileira.

Quanto ao crescimento eleitoral do PTB, Soares (1981) considera que essa agremiação partidária, partindo de uma base semelhante ao PCB, ainda que cobrindo menor número de Estados, aproveitou-se melhor das dissensões no seio das oligarquias políticas locais. Para isto contribuiu, entre outros fatores, o fato de ter o PTB uma ideologia, mais flexível, instrumental e oportunista, que permitiu sua entrada em alianças e coligações com partidos conservadores no nível municipal.

A ascensão constante do PTB, caracterizou-se como um fenômeno político-partidário da década de 1950. Esse partido beneficiou-se primeiramente da transferência de um razoável

contingente eleitoral pertencente ao PCB e dos votos trazidos por Vargas em 1950. Promoveu um extenso trabalho de organização partidária no nível municipal, "[...] aumentando o número de municípios nos quais havia algum tipo de organização e representação partidária. Foi beneficiado, também, pela extensão real do sufrágio a classes sociais cujos interesses pretendia representar, assim como da crescente mobilização político-eleitoral destas classes. O resultado foi um crescimento eleitoral rápido." (SOARES, 1981, p. 23)

No Rio Grande do Sul, Trindade e Noll (1991), a curva ascensional do PTB será um fator decisivo na mudança da dinâmica das forças políticas regionais, provocando, como reação à tendência de sua hegemonia eleitoral, uma progressiva aglutinação das forças anti-PTB, nucleadas em torno de um PSD udenizado que entra em dissidência com a linha nacional de aliança com o PTB. O antipetebismo se costura através da coligação que incorpora, num primeiro momento, a UDN e o PRP, e, mais tarde, o PL. Com a candidatura de Brizola ao governo do Estado em 1958, forma-se a Frente Democrática (PSD-PL-UDN e PRP), mas seu arco mais abrangente será a Aliança Democrática Popular (ADP) que inclui PSD, PL, UDN, PDC.

A formação do PTB sul-riograndense, segundo Bodea (1992), esteve condicionada à confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista. A sindicalista era composta por um núcleo de lideranças sindicais que se forjaram no Estado Novo ou, quando anteriores a ele, nele pelo menos sobreviveram em funções sindicais. Dessa vertente surgem as alas profissionais de bancários, gráficos, metalúrgicos. A corrente pragmático-getulista, que ingressou depois das eleições de 1945, seria composta por políticos profissionais oriundos do PSD e que passaram a transferir-se, sob inspiração de Vargas, ao PTB. Este movimento teria um duplo efeito: por um lado purificaria gradualmente o PSD gaúcho de seus elementos mais fiéis a Vargas e por outro, fortaleceria o PTB a ponto deste poder desafiar a posição do PSD de maior partido regional já no pleito estadual de 1947. "A desgetulização do PSD gaúcho e o conseqüente fortalecimento do trabalhismo, ao nível regional, teria conseqüências profundas e duradouras sobre o sistema partidário gaúcho durante todo o período anterior a 1964 e mesmo em episódios e desdobramentos posteriores (por exemplo, a formação da ARENA⁹ e do MDB¹⁰ a partir de 1966)." (BODEA, 1992, p. 30)

A corrente doutrinário-pasqualinista seria composta por um círculo de intelectuais progressistas – na maioria dos casos bacharéis e profissionais liberais – agrupados em torno de um pensador teórico, o advogado Alberto Pasqualini. Este defendia, nas *Sugestões para um programa*

⁹ Aliança Renovadora Nacional.

¹⁰ Movimento Democrático Brasileiro.

*de governo*¹¹, idéias social-reformistas inspiradas principalmente no trabalhismo britânico – então em plena ascensão – e, em menor grau, na social-democracia européia. Exercendo a liderança da União Social Brasileira (USB)¹², Pasqualini defendia, no Manifesto da USB¹³, a criação de um capitalismo sadio onde o fim social se sobreponha ao egoísmo: “[...] a USB não preconiza a socialização dos meios de produção, mas a criação de um capitalismo sadio onde o fim social se sobreponha ao egoísmo, ao interesse e ao proveito exclusivamente individual.” (CORREIO DO POVO, 1945) Nesse sentido, a USB colocava-se a favor da preservação da legislação trabalhista e das conquistas sociais atribuídas à era varguista. Em sua essência o projeto de sociedade defendido por Pasqualini, tal qual expresso no programa da USB, lançado em setembro de 1945, não entrava em conflito com a visão getulista da busca de uma incorporação ordenada da classe operária e das massas trabalhadoras no processo de desenvolvimento e modernização da nação.

No entender de Bodea (1992) os grandes líderes ideológicos do PTB foram Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. Utilizando os conceitos de Gramsci de sociedade civil e sociedade política, o autor entende que Pasqualini esteve vinculado à busca da construção do consenso no patamar da sociedade civil, enquanto a trajetória de Vargas vincula-o à articulação do poder no nível da sociedade política, isto é, a busca da direção da sociedade como um todo, quando a hegemonia construída no nível da sociedade civil alia-se à força da coerção que só o controle do aparelho de Estado permite ter.

O termo sociedade civil ganha uma nova perspectiva em Gramsci, distinta da conceitualizada por Marx. Este afirma que “o Estado moderno tem como sua base natural (note-se a palavra ‘natural’) a Sociedade civil, ou seja, o homem independente, unido a outro homem somente pelo vínculo do interesse privado e pela inconsciente necessidade natural.” (MARX apud. BOBBIO, 1983, p. 1209) Nesse sentido, tanto a sociedade natural dos jusnaturalistas, quanto a Sociedade civil de Marx indicam “a esfera das relações econômicas intersubjetivas de indivíduo a indivíduo, ambos independentes, abstratamente iguais, contraposta à esfera das relações políticas, que são relações de domínio.” (BOBBIO, 1983, p. 1209)

O termo sociedade civil ganha uma nova perspectiva em Gramsci (1976), distinta da conceitualizada por Marx. O autor também distingue Sociedade civil e Estado. Ele afirma, que se podem fixar dois grandes planos superestruturais: aquele que se pode chamar de sociedade civil, isto é, do conjunto de organismos vulgarmente ditos privados, e aquela da sociedade política, ou Estado,

¹¹ Esboço de programa publicado no Correio do Povo de 22 de março de 1945.

¹² Agrupamento político dirigido por Pasqualini lançado em sessão pública, em Porto Alegre, no dia 21 de dezembro de 1945.

¹³ Publicado no Correio do Povo de 23 de setembro de 1945.

e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e à de domínio direto ou de comando que se exprime no Estado e no governo jurídico. Essas funções são precisamente organizadoras e conetivas. Portanto, diferentemente de Marx para quem a Sociedade civil compreende a esfera de relações econômicas pertencendo à estrutura, Gramsci entende por Sociedade civil apenas um momento da hegemonia. “Parafraseando o que foi dito por Marx, poderíamos afirmar, para bem acentuar a distinção, que a Sociedade civil compreende, segundo Gramsci, não já ‘todo complexo das relações materiais’, mas todo o complexo das relações ideológico-culturais.” (BOBBIO, 1983, p. 1210) Assim, Gramsci chamando Sociedade civil ao momento da elaboração das ideologias e das técnicas do consenso, “modificou o significado marxista da expressão, voltando parcialmente ao significado tradicional, segundo o qual a Sociedade civil, sendo sinônima de ‘Estado’, pertence, segundo Marx, não à estrutura, mas à superestrutura.” (BOBBIO, 1983, p. 1210)

Para Vargas, “o PTB era uma componente importante – porém não-exclusiva – de um projeto político mais amplo de implantação de um modelo de desenvolvimento nacional autônomo. Para Pasqualini, o PTB era o instrumento fundamental de transformação social e implantação de uma sociedade mais justa.” (BODEA, 1992, p. 141) Nesse período de formação do PTB, Brizola, então integrante da ala acadêmica, juntamente com Fernando Ferrari e Sereno Chaise, sofria a influência simultânea das três vertentes formadoras da agremiação partidária trabalhista. Após a sua administração diante da prefeitura de Porto Alegre, esse político consegue a indicação do PTB à eleição majoritária ao Executivo estadual na eleição de 1958.

Após a morte de Vargas, até o golpe militar de 1964, o discurso petebista centrou-se na carta-testamento de Vargas, caracterizando-se por um forte viés anti-imperialista. Nesse período, Brizola tornou-se o grande líder regional, e João Goulart, o líder nacional. Em certo sentido, os reveses de 1954 – que culminariam com a morte de Vargas e o eclipse político de Pasqualini – marcam o final da tentativa de implementar o projeto político trabalhista a partir de uma base dual de apoio social: um setor modernizante da elite, aliado às camadas populares.

Após o final do governo Vargas, o PTB, que tinha sua imagem vinculada à do presidente, começou a ganhar maior autonomia em relação ao personalismo varguista. Delgado (1989), indica um ponto de inflexão da postura do PTB, caracterizada pela aliança de grupos desse partido com o PCB e devido à ascensão dos movimentos populares, a partir da segunda metade dos anos 1950. A tendência de mudança ideológica interna do PTB é verificada desde o final do governo Vargas. Negro e Silva (2003) afirmam que estava em curso no PTB uma linha mais doutrinária (reformista), em detrimento de grupos fisiológicos e mais pragmáticos. Essa linha não deixou de repercutir entre

comunistas que, isolados em sua posição de combate aos governos Vargas, começaram na prática, e à revelia das orientações do partido, a estabelecer alianças com os trabalhistas, sobretudo no plano sindical. A morte de Vargas ativou essa união que marcaria profundamente a participação dos trabalhadores na política brasileira.

Um sindicalismo mais atuante era notado desde o início da década de 1950. Na Greve dos 300 mil¹⁴, o PUI (Pacto de Unidade Intersindical) reativou a aliança entre nacionalistas do PTB e militantes sindicais do PCB. “Em 1954, o presidente Goulart era, então, Ministro do Trabalho. Naquela Pasta, estimulou a participação dos comunistas nos sindicatos.” (VICTOR, 1965, p. 196) Esses militantes sindicais não repudiavam o varguismo, iam ao encontro do povo (nos bairros operários e na periferia), não discriminavam os migrantes nordestinos, exaltavam a outorga da legislação trabalhista e faziam acordos com os comunistas. Fracionado pelo faccionismo, o PUI foi dissolvido em 1959, dando lugar ao Conselho Sindical dos Trabalhadores (CST).

Em contraste com o PUI, a direção do CST foi ancorada nas federações e não nos sindicatos, o que a distanciou da pressão vinda das bases. Mas, não conseguiu sobreviver à campanha presidencial de 1960, em que Jânio Quadros e João Goulart, apesar de eleitos (para presidente e vice-presidente da República), concorreram em chapas opostas, dividindo o movimento sindical.

Desde 1961, “a principal liderança das lutas dos trabalhadores brasileiros foi o Comando Geral dos Trabalhadores.” (DELGADO, 1997, p. 67) Em torno desse órgão em defesa dos trabalhadores cristaliza-se, em agosto de 1962, a aliança nacional-reformista. O CGT origina-se do esforço de militantes e operários visando dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de unir diversas camadas de trabalhadores. “Seu objetivo era não apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil.” (NEGRO; SILVA, 2003, p. 72)

No entender desses autores, o nacionalismo, a modernização distributivista e reformas sociais eram as linhas mestras da plataforma do CGT, traduzida nas seguintes bandeiras: controle das remessas de lucros para o exterior, restrição aos investimentos estrangeiros, direito de voto aos

¹⁴ Segundo José Álvaro Moisés (1978), *A Greve dos 300 Mil e as Comissões de Empresa*, a chamada Greve dos 300 mil reuniu, em março de 1953, diversas categorias de trabalhadores visando a obtenção de melhorias salariais e culminou com a criação de um órgão de comando intersindical que originaria mais tarde o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Com a deflagração desse movimento, ficou evidenciado o descontentamento da classe trabalhadora com a política salarial de Vargas e sua possibilidade de escapar ao controle da estrutura sindical oficial.

analfabetos, cabos e soldados, ampliação da organização dos trabalhadores rurais, reforma agrária, urbana, bancária, universitária e da Previdência Social, fortalecimento da presença do Estado na economia e nas empresas nacionais.

Essas metas faziam parte de uma estratégia de conquista de legitimidade entre os trabalhadores por meio da construção de uma identidade nacional imbuída de objetivos comuns e visíveis a todos, levando o país de um estágio de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento industrial, acompanhado de justiça social. Nesse sentido, sob a coordenação de lideranças trabalhistas e comunistas, inúmeros sindicatos anexaram à sua pauta de lutas atividades de cunho político, acirrando as disputas com outras orientações ideológicas, que buscavam banir destas entidades qualquer mobilização política. (NEGRO; SILVA, 2003)

O CGT estabeleceu ligação com o PCB e o PTB, além de aliar-se com membros de partidos nacionalistas, como os da Frente Parlamentar Nacionalista, órgão que não apenas agia no Parlamento, mas também interagiu com empresários, estudantes, intelectuais e trabalhadores engajados nas idéias reformistas. Esse órgão desempenhou importante papel durante a greve da legalidade, ocorrida em agosto de 1961, cujo objetivo era empossar Goulart na Presidência da República, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, numa conjuntura golpista. Em julho de 1962, coordena a greve por um gabinete nacionalista e democrático, portanto, por um ministério capaz de encaminhar as reformas de base. No mesmo ano, em setembro, o CGT decretou a greve geral pelo plebiscito, resultando no retorno do sistema presidencialista, após um período parlamentarista (entre agosto de 1961 até junho de 1962) onde Tancredo Neves exerceu o cargo de Primeiro-Ministro, com Goulart assumindo o cargo de presidente.

Para Soares (2001), as estratégias políticas e eleitorais variavam entre os partidos. O PTB, desde o início de sua consolidação, influenciado pela esquerda, combinou a mobilização direta, através dos meios de comunicação e sobretudo dos comícios, com a mobilização institucional, através de órgãos de classe, como os sindicatos.

Os movimentos sindicais, que atraíram o apoio das camadas trabalhadoras, significavam que o governo Goulart era visto, por esses setores da sociedade, como uma fonte de possibilidades de ampliação de direitos e reformas. “Condenado pelo Poder Judiciário e pela imprensa, o Comando Geral dos Trabalhadores contava, porém, com o apoio do Poder Executivo, isto é, do Presidente João Goulart.” (VICTOR, 1965, p. 437) Negro e Silva (2003), contudo, afirmam que o CGT não deixou de manter uma certa independência. Objetivando radicalizar a luta, contrariou muitas vezes o presidente da República, que temia que os avanços do movimento sindical acirrassem os ânimos conspirativos das forças golpistas, que não paravam de acusar Goulart de estar interessado em

fundar uma República Sindicalista no país. As lideranças vinculadas ao CGT não estavam comprometidas unicamente com os planos de reforma nacional, mas também com os trabalhadores, participando de greves e reivindicações de inúmeras categorias profissionais.

A vinculação do PTB, durante o período histórico de sua consolidação, durante a década de 1950, até o golpe civil-militar de 1964, com os sindicatos, em especial com o CGT, era permanente. Desses setores classistas, o governo Goulart e setores nacional-reformistas do PTB, sob a liderança de Brizola, obtinham o apoio para suas ações políticas.

Um dos supostos instrumentos políticos imputados a Brizola por analistas políticos da conjuntura analisada, seria o carisma político. Mas, os principais líderes do movimento trabalhista brasileiro (Vargas, Pasqualini, Goulart), assim como Brizola, fortalecem a sua liderança essencialmente a partir da sua ascensão dentro de uma estrutura partidária regional e não a partir de uma relação carismática direta entre o líder e a massa popular. Assim, o partido tende a projetar e consolidar a imagem do líder junto à massa. O líder torna-se o símbolo de um pensamento coletivo e o povo o segue. O carisma, quando houve, desenvolve-se posteriormente. Em relação a esse conceito utiliza-se da argumentação weberiana caracterizando uma forma peculiar de poder. O autor analisa a existência de líderes, cuja autoridade se baseia, não no caráter sagrado de uma tradição nem da legalidade ou racionalidade de uma função, mas em um dom. Essa autoridade se funda em dons pessoais e extraordinários de um “indivíduo (carisma) – devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por [...] qualidades exemplares que dele fazem o chefe, isto é, na capacidade extraordinária que eles possuem. Em nossos dias, esse tipo se apresenta sob o aspecto do ‘chefe de um partido parlamentar’” (WEBER, 1967, p.57).

Já no início dos anos 1960 a vertente nacionalista-reformista que defendia, entre outras propostas a extensão do direito de participação política, predominava no PTB. Segundo Soares (2001, p. 123), dentro do PTB no fim da década de 1950 e início da de 60, fortaleceu-se [...] o nacionalismo e o antiimperialismo. Internamente, firmaram-se posições reformistas, redistributivistas e socialistas. Essa vertente, sob a liderança de Brizola, comandou a organização da Frente de Mobilização Popular (FMP) responsável pelas reivindicações de reformas de base. Sobre isso, o brizolismo surge como um trabalhismo mais mobilizador e radical que, em sintonia com as correntes nacionalistas no Congresso, e em função de sua influência e de seu acesso direto frente a Goulart, crescerá à sombra do Executivo, como força mediadora e paralela, ora a favor, ora contra ele.

Delgado (1989), todavia, ressalta que a origem getulista do PTB foi um obstáculo constante para que o partido, ao nível da sua política sindical, viesse alcançar uma maior autonomia em

relação ao Estado. No entender de Benevides (1989), o trabalhismo getulista expressava-se em três linhas, o nacionalismo, a justiça social, com a exaltação da legislação trabalhista, e o sindicalismo populista. Como eixo unificador, têm-se a noção de um Estado interventor e organizador, baseado no projeto de emancipação nacional e desenvolvimento econômico. No início dos anos 1960, para defender-se do ataque da direita e da esquerda, “[...] se acentua o trabalhismo cristão que seria uma espécie de socialismo nacional, reformista e moderado [...], defendendo-se também a humanização do capitalismo através do perfeito equilíbrio entre capital e trabalho.” (BENEVIDES, 1989, p. 99) Apesar das diversas correntes internas (getulistas pragmáticos, doutrinários trabalhistas e pragmáticos reformistas) do PTB, existia no mesmo, segundo Delgado (2001), um eixo nacionalista, distributivista e desenvolvimentista, que fez com que o trabalhismo se constituísse em projeto para o país.

Esse viés reformista-nacionalista predominante, durante a década de 1960 no PTB, foi responsável pela aproximação do mesmo com o PCB. Para Delgado (2003), essa aproximação possibilitou a muitos militantes comunistas que utilizassem a legenda petebista para concorrer a cargos eleitorais, uma vez que seu partido não era registrado no Tribunal Superior Eleitoral. O acolhimento dos militantes do PCB traduzia uma nova realidade, mais profunda e significativa em relação a um projeto para o Brasil. Trabalhistas e comunistas compartilharam, mesmo que conjunturalmente, alguns objetivos. Entre eles, destacaram-se projetos reformistas de forte impacto social e econômico e propostas nacionalistas, que complementavam o elenco dos objetivos reformistas. “Mas o PTB e o trabalhismo também tinham a ganhar com as perdas comunistas fora da área estritamente eleitoral. O sindicalismo controlado pelo PTB competiu diretamente com os interesses comunistas.” (SOARES, 2001, p. 126) A aproximação dos petebistas com os comunistas foi um elemento diferenciador no cenário político brasileiro e acabou sendo usada como uma das justificativas para a intervenção civil-militar de 1964.

No final do período democrático de 1945 até 1964, segundo Bodea (1992), importante setor do trabalhismo de massas, liderado justamente pelo governador Brizola, radicaliza suas posições num processo que avançava na direção daquilo que Laclau denomina de “inflexão jacobina”¹⁵. O desfecho político-institucional de 1964 é a resposta dada pelos setores liberal-conservadores – que evoluem cada vez mais para posições autoritárias de direita – a esta radicalização crescente do trabalhismo de massas. A ruptura de 1964, desmantela os setores mais radicais do movimento popular e joga no exílio e na clandestinidade as principais lideranças trabalhistas. A quebra do regime constitucional, provoca, portanto, uma quebra profunda no processo de evolução do

¹⁵ Ver Laclau (1979) em *Para uma teoria do populismo*.

trabalhismo de massas. Assim, o tempo histórico do processo político brasileiro – demarcado pela violenta intervenção de 1964 – foi insuficiente para o pleno desenvolvimento do trabalhismo, principalmente de seu setor mais radical. A crise de 1964 – que culmina com a queda de Goulart e o exílio de Brizola – marca uma ruptura histórica no processo de ascensão de um movimento de massas que procurava implementar o projeto trabalhista a partir da conquista de hegemonia dos setores populares.

Sendo um dos vértices da estrutura triangular partidária do período de redemocratização posterior à 1945, juntamente com o PSD e UDN, o PTB legitimou-se através do apoio de grande parte dos trabalhadores brasileiros. Alicerçando sua organização nos sindicatos urbanos, obtendo o apoio do CGT, consegue a adesão dos militantes comunistas para sua consolidação como um dos principais partidos em defesa da legislação trabalhista.

A influência doutrinária de Pasqualini, sobre os principais quadros do partido, embasou as ações de Brizola. Este tornou-se o principal líder da ala nacional-reformista, predominante no PTB a partir do final da década de 1950.

A oposição ao PTB

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado dentro da perspectiva getulista de continuísmo na transformação. Para Delgado (2003), a habilidade de alcançar e se manter no poder marcaram época. Como resultado dessa prática, seus principais integrantes, que foram grandes mestres da negociação, ficaram conhecidos como “raposas” da política brasileira.

Visto como um constante aliado do PTB, o PSD tinha bases sociais muito diversas das hostes trabalhistas, pois reunia desde interventores do período do Estado Novo, até alguns segmentos da classe média urbana, passando por oligarcas estaduais. Segundo Hipólito (1985), as bases estruturais do PSD estavam enraizadas na máquina administrativa do primeiro governo Vargas em nível federal e nas interventorias na esfera estadual. Daí o fato de que essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, desde antes de sua fundação, já controlava uma sólida infra-estrutura administrativa e também clientelista nos diferentes Estados da Federação. Soares (2001) afirma que o PSD manteve suas características durante o período. Começou e terminou como partido essencialmente rural, com muito maior penetração nos Estados mais atrasados economicamente. De fato, em 1962, ao cabo de quase 20 anos de vida eleitoral, o PSD apresentava uma estrutura de determinações de sua penetração eleitoral pela infra-estrutura que era quase igual à de 1945.

As vitoriosas alianças entre o PSD/PTB, no que tange às eleições majoritárias para o Executivo Federal, passaram a sofrer algumas fissuras, em especial no Parlamento, devido a aproximação do PTB com o PCB. A partir da década de 1960 os dois agrupamentos políticos passaram a defender a premente necessidade de reforma agrária no país. Delgado (2003) afirma que diante desse objetivo, que atingia os enraizados interesses dos proprietários rurais, muitos dos integrantes do PSD, principalmente os de origem oligárquica, não hesitaram em se aliar a sua antiga adversária, a UDN. O objetivo circunstancial, mas profundo dessa aliança, visava impedir a aprovação pelo Congresso Nacional de qualquer lei relativa à implementação da reforma agrária no Brasil.

O diálogo com o PCB afastava os trabalhistas da aliança com o PSD. Este buscava a aliança com a UDN no Parlamento, para evitar a reforma agrária, demanda social fundamental para o pleno desenvolvimento sócio-econômico do país. Assim, no início da década de 1960 a estrutura triangular partidária, que se tornou hegemônica no conjunto dos partidos que formavam o sistema pluripartidário brasileiro, não mais apresentava a mesma sustentação e objetivos que nortearam a atuação da UDN, PSD e PTB, os três partidos que a formaram na segunda metade da década de 1940.

O PSD, assim como do PTB, configuraram-se como partidos políticos essencialmente populistas. O populismo no Brasil surge como reflexo da crise das oligarquias tradicionais e da emergência, no cenário político, de novas classes sociais, inclusive as classes populares e os setores médios. Segundo Weffort (1980) o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Assim foi uma forma de estrutura do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política de emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano.

Na visão de Laclau (1979) o populismo adquire um significado mais amplo. Para o autor esse fenômeno político consegue reunir o conjunto das interpelações que expressavam a oposição ao bloco de poder oligárquico: democracia, industrialismo, antiimperialismo; condensando-as em um sujeito histórico e desenvolvendo seu antagonismo potencial, confrontando-o como o próprio ponto que constituía o princípio de articulação do discurso oligárquico: o liberalismo.

Weffort (1980) entende que a liderança de massas de tipo populista se constitui em uma das principais formas de mobilização política no período democrático, caracterizando tanto o populismo dos demagogos quanto o reformismo nacionalista. Quanto ao primeiro, o populismo, nestas formas espontâneas, é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa na qual aparece como a imagem desejada para o Estado. Quanto ao segundo, ou seja, o reformismo nacionalista foi também

espontaneísta, porém em forma mais elaborada. Diferentemente do populismo, expressão típica da ascensão das massas e de sua incorporação ao regime, o nacionalismo foi sua expressão global e emerge, portanto, diretamente ao nível do Estado. A ideologia nasce, pois, dentro do Estado ou em associação com ele, embora pretendendo traduzir os interesses gerais de todo o povo.

Em relação à contraposição partidária aos petebistas, a UDN consolidou-se como o principal partido que se opunha ao PTB. Para Benevides (1981), a UDN nasceu de um movimento articulado por uma ampla frente de oposição ao Estado Novo. Durante o processo de transição que levou ao declínio do Estado Novo (1937-1945), regime autoritário centrado na figura política de Getúlio Vargas, os integrantes da futura UDN contribuíram, de maneira efetiva, para o desenlace dos acontecimentos que levaram à queda de Vargas em outubro de 1945.

A linha de atuação da UDN consistia em fazer dos apoiadores de Vargas seus principais alvos de oposição, tanto no Parlamento, como através de críticas publicadas nos principais meios de comunicação impressos, circulantes no Brasil. Para Delgado (2003), objetivavam, a curto prazo, romper com a cadeia de sustentação do Estado Novo e, a longo prazo, eliminar da vida política nacional a força pragmática e mítica do getulismo e também do trabalhismo. A sua composição social, durante o período de formação partidária, era diversificada, mas limitada aos grupos econômicos dominantes. No entender de Benevides (1981), a constituição social dos grupos participantes da UDN seria marcada pelo predomínio dos liberais, reunindo: as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; os antigos aliados de Vargas, marginalizados depois de 1930 ou em 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; os grupos liberais com uma forte identificação regional.

No entender de Soares (2001) englobar a UDN e o PSD num só rótulo – seja “partidos conservadores”, “tradicionais”, “oligárquicos” ou outro qualquer – não deve obliterar as diferenças existentes entre eles. Os dois tinham em comum a maior penetração nas zonas rurais, agrícolas e menos desenvolvidas, o que explica que ambos tivessem correlações negativas com a urbanização, com a alfabetização e com a renda interna per capita. Entretanto, a UDN penetrou também na classe média de alguns Estados, sobretudo na Guanabara, um dos mais desenvolvidos no país. Assim, se a UDN representava parte considerável das oligarquias rurais e das pequenas cidades, representava também amplas seções da classe média urbana de alguns Estados.

Para Soares (1981), a UDN, produto da conspiração contra Vargas, já dispunha, em 1945, inclusive de uma base organizacional a nível nacional, além de um importante entrosamento com setores das Forças Armadas. Nesse aspecto, a associação entre a UDN e os militares salta à vista: três das quatro candidaturas presidenciais da UDN foram de militares: o brigadeiro Eduardo Gomes,

duas vezes, e Juarez Távora. Essa associação parece ser o resultado de muitos fatores, inclusive uma certa aproximação ideológica com a linha fortemente anticomunista de setores das Forças Armadas, particularmente aqueles mais associados com os EUA. Quanto ao aspecto ideológico, Arinos (1974) afirma que a UDN era a legítima herdeira da tradição liberal e da reforma dos costumes políticos e administrativos.

No entender de Benevides (1981), no discurso partidário deve ser levada em conta a utilização de instrumentos ideológicos para diversos fins, como: máscara para os reais interesses; critério de distinção ou auto-identificação em relação às outras forças políticas; questão de barganha política ou mobilização no momento eleitoral. No caso da UDN, entre muitas hipóteses, uma se destaca: a máscara liberal como justificação do combate a Getúlio Vargas, no que ele significou de mais marcante, ou seja, a mudança social e a utilização do carisma. Em termos individuais, o liberal udenista parece encaixar na figura do liberal de oposição¹⁶.

Em termos de liberalismo político, portanto duas contradições são evidentes na UDN: o apelo à intervenção militar e as reservas quanto à extensão de participação política, o que supõe reservas quanto aos direitos políticos. Em termos esquemáticos, Benevides (1981), o udenismo pode ser estudado através dos seguintes pontos: o elitismo e o liberalismo restrito (bacharelismo, elitismo social (ou repugnância anti-popular), autoritarismo na visão elitista de participação política); o moralismo (feição elitista (“o poder corrompe”), feição popular, com apelos democráticos de combate à corrupção, às riquezas ilícitas, ao peleguismo); liberalismo econômico anti-estatista, porém utilitário; militarismo e anti-comunismo (defesa do autoritarismo didático e provisório).

A origem da UDN gaúcha aponta para os quadros do antigo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em outubro de 1945, tendo a UDN conseguido o registro provisório, os partidos PRR e o Partido Republicano Liberal (PRL) voltam a se unir, agora sob uma nova sigla nacional. Para Cánepa (2005), as três lideranças que irão constituir as bases iniciais da UDN gaúcha, Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, correspondem a três cisões decorrentes das relações de Vargas com seus antigos correligionários do PRR.

Ao lado da franca oposição à Vargas e ao PTB, encontram-se a UDN e o Partido Libertador (PL). Especialmente forte no Rio Grande do Sul, essa agremiação partidária, sob a liderança de Raul Pilla, se aliou à UDN na eleição para a presidência da República em 1945 contra a candidatura de Eurico Dutra (PSD/PTB). Raul Pilla refunda o PL, que havia sido extinto durante a Era Vargas, em novembro de 1945. Na eleição à presidência desse ano, Pilla foi um dos primeiros a declarar apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e o principal articulador do PL. (CÁNEPA, 2005)

¹⁶ Segundo Faoro (1958), o liberal de oposição é aquele que defende o liberalismo enquanto não chega ao poder.

Herdeiro do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, o PL defendia o sistema parlamentarista de governo e maior autonomia aos Estados da Federação. Segundo Trindade (1975), o PL constituiu-se em uma formação política histórica de caráter profundamente regional, embora tenha exercido uma influência bastante menos significativa do que a do PTB, tem em comum com este uma grande estabilidade eleitoral no Estado como um todo. Dos partidos conservadores-liberais no Rio Grande do Sul, o PL é o que demonstra um certo dinamismo, embora eleitoralmente circunscrito a certos municípios da região dos latifúndios da fronteira.

Nesse sentido, o PL, apresenta uma implantação estável em certo número de municípios da zona da fronteira. Não obstante, na análise das polarizações partidárias locais, pode-se circunscrever uma zona de influência real dos libertadores a um conjunto de municípios situados na região sudoeste do Estado.

No entender de Santos (1981), apesar do baixo índice de coesão entre as formações partidárias no período posterior a 1945, os partidos conservadores ou de tendência conservadora, algo divididos quanto a questões constitucionais, desenvolveram comportamento mais coeso no que se refere a questões agrárias. Nesta área não apenas o PTB e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) demonstraram marcante unidade partidária, mas é também nela que têm que enfrentar uma frente conservadora (PSD, UDN, PL) altamente homogênea. Nesse sentido, a análise das coalizões parlamentares sugere a proposição de que tanto as coalizões que pretenderam impedir políticas quanto as que sustentavam políticas eram instáveis, tornando mais difícil a manutenção de um padrão consistente e contínuo. Na medida em que o Legislativo brasileiro era, no período considerado, e por razões constitucionais, o principal canal para a aprovação de medidas de reformas sociais e institucionais reclamadas pela sociedade, fica configurada uma situação de crise e instabilidade governamental onde nem o governo tinha condições estáveis de governo, nem a oposição possuía condições estáveis de oposição.

Sob a liderança da UDN, o bloco oposicionista às políticas distributivas-reformistas implementadas pelo PTB, era bastante heterogêneo no que tange à formação social. Contudo, o anti-petebismo e o anti-varguismo dava-lhe unidade para as ações de seus políticos, especialmente no Parlamento. O PTB, nesse sentido, legitima-se através do apoio de grande parte dos trabalhadores brasileiros. Alicerçando sua organização nos sindicatos urbanos, obtendo o apoio do CGT, consegue a adesão dos militantes comunistas para sua consolidação como um dos principais partidos em defesa da legislação trabalhista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARINOS, Afonso. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- BENEVIDES, Maria Victoria. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.
- _____. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1983.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: UNB, 1998.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: _____; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- _____. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa. In: _____. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- HIPÓLITO, Lúcia. *PSD: de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- LACLAU, Ernesto. Para uma teoria do populismo. In: _____. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MOISÉS, José Álvaro. *A Greve dos 300 Mil e as Comissões de Empresa*. Cadernos CEDEC, São Paulo, v. 2, p. 7-20, 1978.

MORAES, João Quartim de. O argumento da força. In: DREIFUSS, René Armand (org.). *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Coalizões parlamentares e instabilidade governamental. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

SOARES, Gláucio A. D. A formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

_____. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Evolução e crise do sistema partidário. In: FLEISCHER, David V. *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

TRINDADE, Héglio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1974). In: CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Políticos e eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

WEBER, Max. *Ciência e política*. São Paulo: Cultrix, 1967.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: CE-BRAP, 1980.